

CLAUDINO FERREIRA

(Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

Grandes eventos e revitalização cultural das cidades.

Um ensaio problematizante a propósito das experiências da Expo'98 e da Porto 2001.¹

Publicado em:

Territórios do Turismo, Porto, 2004, 2.

Resumo:

O artigo problematiza a utilização dos grandes eventos culturais como instrumentos de revitalização cultural, socioeconómica e urbanística das cidades. Tomando como referência as experiências da Expo'98 e da Porto 2001, discutem-se as potencialidades e as limitações associadas à natureza dos eventos e às condições da sua organização. A discussão é equacionada em três planos. Em primeiro lugar, abordam-se o carácter pré-formatado dos eventos e os problemas da sua adaptação local. Em segundo lugar, pondera-se a natureza e a sustentabilidade das dinâmicas culturais por eles induzidas. Em terceiro lugar, discute-se a importância conferida à promoção de imagens apelativas das cidades e as suas implicações sobre as políticas culturais e urbanas.

Abstract:

Big events and cultural revitalisation of cities. A critical essay on the experiences of Lisbon's Expo'98 and Porto 2001 – European City of Culture

The article addresses in a critical perspective the way big events are used as tools for cultural and urban regeneration of cities, elaborating on two recent Portuguese experiences: Lisbon's Expo'98 and Porto 2001 – European City of Culture. The instrumental virtues and limits of these events are both discussed and considered in relation to their specific nature and the conditions underlying their organisation. Three questions are highlighted: first, the tension between the events' typified layout and the

¹ Este texto corresponde a uma versão ampliada da comunicação apresentada nas VII Jornadas de Turismo do ISAI, dedicada ao tema "Os grandes eventos e os impactos no turismo" (Porto, 4 de Junho de 2003). O texto é resultado do trabalho desenvolvido no projecto de investigação "Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana", realizado no âmbito do Centro de Estudos Sociais e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (projecto POCTI/SOC/13151/1998).

local prospects; second, the sustainability of induced cultural dynamics; third, the investment in city image marketing and its consequences on cultural and urban policies.

Introdução: os grandes eventos como oportunidades

O que representam, para as cidades que os acolhem, os grandes eventos culturais, como aqueles que recentemente tiveram lugar em Portugal: a Exposição Mundial de Lisboa de 1998 e a Capital Europeia da Cultura – Porto 2001?

Uma parte da resposta a esta questão pode encontrar-se nas intenções e nas expectativas depositadas nos eventos pelos actores e as instituições que se envolvem na sua realização. Ou, por outras palavras, nos resultados que esperam que os eventos produzam sobre a vida colectiva urbana. Naturalmente, outra parte da resposta encontrar-se-á nos resultados efectivamente obtidos. Tanto num caso como no outro, esses resultados podem ser equacionados em dois planos distintos. O primeiro remete mais directamente para as funções especificamente culturais dos eventos, isto é, para a execução de um programa de oferta de cultura e entretenimento, de duração limitada. O segundo refere-se às potencialidades políticas e estratégicas dos eventos. Ou seja, aos efeitos mais amplos e duradouros que são passíveis de gerar localmente: efeitos de revitalização do ambiente cultural urbano, mas também, por seu intermédio, de requalificação urbanística e socioeconómica das cidades.

Não surpreende que, entre nós, seja fundamentalmente esta segunda equação – os eventos como oportunidades para uma intervenção requalificante sobre as cidades – a que tem predominado quer na formulação e na justificação retórica dos projectos, quer na apreciação de que são objecto por parte da opinião pública. A amplitude dos recursos, dos esforços e da atenção mediática que a sua organização congrega atribui-lhes o carácter de oportunidades excepcionais para obter resultados difíceis de alcançar de outra maneira. Por outro lado, o comprometimento financeiro e político do Estado com a sua organização impõe que o aproveitamento de tais oportunidades constitua critério basilar do seu planeamento e da sua avaliação. Em conformidade, o debate público suscitado pela Expo'98 e a Porto 2001, como de resto por outras iniciativas de carácter excepcional – como o Euro 2004 ou a Capital

Nacional da Cultura – tem-se centrado igualmente de forma privilegiada no tema dos impactos, projectados ou observáveis. Este debate vem suscitando posicionamentos que variam entre, num pólo, o optimismo e a rendição às potencialidades instrumentais dos eventos e, no outro, a crítica ou a desilusão face às opções estratégicas traçadas pelos organizadores ou aos resultados efectivamente alcançados.

Esta percepção dominante dos grandes eventos, organizada em torno da ideia de oportunidade, não deixa no entanto de suscitar alguns equívocos, que decorrem fundamentalmente da maneira excessivamente mecânica e imediatista como tem sido genericamente encarada, sobretudo na esfera política, a equação acima referida. Tanto na definição como na avaliação pública das estratégias políticas baseadas na realização de grandes eventos, parece predominar uma racionalidade instrumental que se concentra essencialmente na projecção de resultados de grande impacto. Nesse quadro, as características do próprio instrumento são muito deficitariamente equacionadas. Uma boa parte das desilusões geradas pela qualidade e a extensão dos efeitos efectivamente induzidos pelos grandes eventos entronca precisamente nesse défice e na conseqüente formulação de expectativas desmesuradas e equivocadas acerca das suas potencialidades como instrumentos de intervenção e planeamento urbano. A questão é que os grandes eventos, se encerram potencialidades instrumentais incontestáveis, comportam também, pelas suas características intrínsecas, limitações e condicionalismos. Mesmo as potencialidades instrumentais aparentemente mais óbvias, como de resto tem mostrado a experiência, estão longe de funcionar de forma automática. O seu aproveitamento depende muito da adequação dos projectos às características específicas de cada tipo de evento e às dinâmicas que se geram no contexto do processo de organização.

Este texto aborda precisamente as potencialidades e as limitações instrumentais dos grandes eventos culturais, equacionando os condicionalismos associados às suas características estruturais e às dinâmicas processuais da sua organização. Reportando-me às duas mais marcantes experiências portuguesas recentes neste domínio – a Expo'98 e a Porto 2001 –

discuto o significado e o papel que este tipo de projectos tem vindo a desempenhar no plano da difusão e promoção cultural em contexto urbano e, de forma mais ampla, na organização e dinamização da vida sócio-cultural nas cidades onde se realizam. Para esse efeito, procuro equacionar um conjunto de traços essenciais de caracterização desses eventos, traços esses que sugerem outras tantas interrogações sobre as implicações culturais, políticas e socioeconómicas da sua realização, sobretudo no que à organização e ao planeamento cultural das cidades diz respeito. Nesta abordagem, faço derivar a minha atenção do tema central que tem marcado os debates públicos – os impactos dos eventos – para aquilo que lhe está a montante: a natureza formal e estrutural dos grandes eventos e as condições e os processos subjacentes ao seu planeamento e organização.

A deriva que proponho, para uma discussão mais centrada na natureza e nas condições de organização dos eventos do que nos seus impactos mensuráveis, prende-se sobretudo com a convicção de que tal *démarche* é fundamental para resgatar a complexidade que caracteriza os projectos e à luz dos quais eles devem ser compreendidos, bem como os seus efeitos avaliados. Na verdade, também na tradição analítica das ciências sociais, e sobretudo no quadro disciplinar da sociologia e da economia, a abordagem deste tipo de realizações tem privilegiado a avaliação dos impactos, reflectindo as preocupações políticas que enformam os elevados investimentos públicos que os grandes eventos implicam. Sem pôr em causa a validade e a pertinência desse tipo de abordagem, creio no entanto que é importante reconhecer as suas limitações, extensíveis à generalidade das análises que se debruçam sobre os resultados finais dos eventos. Pela sua própria natureza, tais análises tendem não apenas a subvalorizar as especificidades estruturais dos eventos, como atrás assinalei, mas também a iludir a complexidade subjacente à sua organização. Sujeitamos, em regra, a uma avaliação que pressupõe uma uniformidade estratégica e programática que está longe de corresponder à realidade organizacional e processual da sua realização. O que é com efeito característico deste tipo de projectos é a sua complexidade, o facto de neles se cruzar um conjunto muito heterogéneo, e por vezes conflitual, de actores, intenções programáticas,

interesses, racionalidades e lógicas de actuação. Neles se manifestam igualmente efeitos de conjuntura variáveis e protagonismos individuais que lhes atribuem um carácter contingencial, que frequentemente escapa à racionalidade instrumental que enforma tanto as projecções iniciais, como as avaliações ulteriores.

Adoptando este ponto de vista, e suportando-me nas pesquisas que tenho vindo a realizar sobre os eventos em causa, procurarei problematizar as potencialidades e as limitações que os grandes eventos encerram como instrumentos de intervenção e dinamização cultural em meio urbano. Faço-o a partir de três questões que identificam alguns dos traços essenciais da modelação actual deste género de eventos e enunciam outros tantos aspectos dilemáticos das suas implicações locais. Começarei, assim, por abordar o carácter pré-formatado dos eventos e a tensão que neles se estabelece entre os programas efémeros e os projectos de longo alcance. Em seguida, ponderarei a natureza e a sustentabilidade das dinâmicas de desenvolvimento cultural que os eventos são passíveis de induzir. Finalmente, discutirei a associação entre cultura, política e marketing, que se revela na utilização dos eventos como instrumentos de desenvolvimento socioeconómico e renovação das imagens das cidades.

1. A natureza pré-formatada dos eventos e os desfasamentos temporais da sua projecção instrumental

Salvaguardadas as especificidades que as distinguem, tanto as Expos como as Capitais Europeias da Cultura (CEC) correspondem a formas de intervenção cultural resultantes da mobilização e adaptação local de modelos pré-formatados de cariz internacional. Enquadrados em movimentos mais amplos, que transcendem no espaço e no tempo cada realização concreta, os eventos são o resultado do modo como, no decurso da sua organização, se negociam e conciliam as determinações regulamentares e as tradições associadas ao formato, por um lado, e os interesses e objectivos programáticos locais, por outro. Além disso, a sua organização tende a reproduzir, por uma espécie de mimetismo, um conjunto de fórmulas programáticas e de potencialidades

instrumentais que foram sendo tipificadas no quadro dos ciclos internacionais em que os eventos se inserem. Essas fórmulas são adaptadas, com graus variáveis de originalidade e inovação, aos interesses e às intenções particulares dos organizadores e dos patrocinadores locais.

Este carácter atribui aos eventos potencialidades instrumentais incontestáveis, que decorrem antes de mais do modo como nesses formatos se combinam a excepionalidade local de cada acontecimento e a regularidade cíclica que, à escala internacional, liga os vários acontecimentos entre si. Na verdade, a sua realização facilita o acesso dos actores locais aos circuitos internacionais (de produtos e agentes culturais, de consumidores, de turistas, de investidores, de mediadores) que os eventos alimentam. Dado o seu carácter reconhecidamente prestigiante, possibilita também uma exposição externa das cidades e dos seus actores, cuja eficácia e alcance, pelo menos no curto prazo, poucos instrumentos de marketing urbano serão capazes de igualar.² Além disso, a organização dos eventos pode beneficiar das experiências e das fórmulas programáticas ensaiadas em realizações anteriores, como bem o atesta o carácter referencial que a Expo'92 de Sevilha representou para a Expo'98, servindo de modelo positivo para a programação cultural e lúdica e de modelo negativo para a concepção do projecto urbano. De forma mais ampla, aliás, o aproveitamento da Exposição Mundial de Lisboa para pôr em marcha um grande projecto de regeneração urbana da zona oriental da cidade reflecte a forma como o formato Expo incorporou, na segunda metade do século XX, o estatuto de instrumento de intervenção urbana em larga escala (cf. Galopin, 1997; Carrière e Demazière, 2002). E também na Porto 2001 encontramos ecos de uma das linhas de modelação das CEC, que teve em Glasgow 1990 uma experiência emblemática – a de oportunidades para o desenvolvimento de projectos de regeneração urbanística das cidades.

Mas o carácter pré-formatado deste género de eventos comporta igualmente limitações e condicionalismos à sua utilização como instrumentos de

² Sobre o potencial destes e outros grandes eventos no que se refere à exposição das cidades, regiões e países nos mercados internacionais, e em especial nos turísticos, cf. Hall (1992), Law (1993) e Roche (2000).

intervenção urbana em grande escala. Esses condicionalismos decorrem, em grande medida, das implicações que a obrigação de cumprir o mandato que o formato impõe – organizar um acontecimento cultural com determinadas características – tem na prossecução de objectivos programáticos que ultrapassam os limites estritos desse mandato. Mais do que as condicionantes formais, e que podem ser mais ou menos prescritivas consoante a natureza do evento,³ o que está aqui em causa são as circunstâncias que envolvem a sua aplicação local. Por outras palavras, o problema essencial reside na tensão entre os dois planos programáticos que a organização dos eventos envolve e no desfazamento entre os horizontes temporais por referência aos quais são projectadas as respectivas linhas de acção: o plano, temporalmente mais curto e imediatista, da realização do acontecimento efémero, isto é, do programa cultural e lúdico, da festa; o plano, temporalmente mais longo e diferido, dos programas complementares, projectados para gerar efeitos requalificantes e duradouros sobre a comunidade e o território urbanos.

No desenvolvimento processual dos projectos, a compatibilização entre estes dois planos revela-se estruturalmente problemática, por uma razão principal. A organização de eventos como as Expos ou as CEC representa para os responsáveis, tanto políticos como executivos, um mandato prestigioso, cujo cumprimento tem que ser assegurado dentro dos prazos e de acordo com os padrões formalmente prescritos, ou tacitamente estabelecidos, pelo formato. No cumprimento desse mandato jogam-se o prestígio e a credibilidade da

³ Convém, a este respeito, assinalar as diferenças que distinguem os dois géneros em discussão. Em termos comparativos, as Expos correspondem a um formato mais standardizado e prescritivo do que as CEC, tanto em virtude do seu mais pesado enquadramento normativo, como por efeito da maior espessura histórica do género. Como é sabido, as Expos remontam ao século XIX e a partir da segunda década do século XX passaram a ser reguladas por um conjunto de normas e orientações programáticas, convencionadas no quadro do Bureau International des Expositions, um organismo actualmente integrado por cerca de nove dezenas de Estados nacionais. Por seu turno, as CEC correspondem a uma iniciativa inaugurada em 1985 e que, no plano institucional, assenta em acordos inter-governamentais concertados no quadro do Conselho de Ministros da União Europeia. O enquadramento normativo da organização das CEC é mínimo, permitindo total liberdade programática aos promotores de cada ano cultural. Para uma abordagem pormenorizada sobre o jogo que, nas Expos e nas CEC, se estabelece entre o formato standardizado e os programas locais de acção, vejam-se, respectivamente, Ferreira (1998 e 2002a) e Fortuna *et al.* (2003: Cap. 3). Aí se discutem igualmente as implicações desse jogo nas experiências da Expo'98 e da Porto 2001.

equipa, da cidade e do país organizadores perante a comunidade internacional. O que resulta daqui é a sujeição dos projectos de mais amplo alcance e mais longo prazo às necessidades e à urgência da preparação do acontecimento efémero. Naturalmente, este condicionalismo torna-se tanto mais decisivo quanto mais se aproxima a data de início do evento.

Os exemplos dos desfasamentos e dos problemas que afectaram os projectos da Expo'98 e da Porto 2001 são, neste plano, muito elucidativos. Esses problemas foram vários e são bem conhecidos, não sendo este o lugar para os discutir em pormenor. Quero apenas, a título ilustrativo, retomar brevemente o debate sobre o alcance do projecto urbano da Expo'98, onde encontramos, a uma escala maior, dilemas que, de uma forma ou de outra, me parecem estar igualmente presentes na experiência recente da Porto 2001.

O projecto urbano da Expo'98 propunha-se, desde o início, promover uma ambiciosa requalificação da zona oriental de Lisboa. Essa requalificação implicava a recuperação ambiental e a reconversão funcional da degradada zona ribeirinha onde seria implantada a Exposição. Daí deveria resultar também a melhoria da qualidade urbana e da integração territorial de toda a zona envolvente, apontando para a criação de uma nova centralidade à escala metropolitana. Os analistas e os comentadores são relativamente consensuais no reconhecimento dos benefícios ambientais e funcionais resultantes da reconversão urbana da zona ribeirinha onde decorreu a Exposição – o actual Parque das Nações.

Já os resultados conseguidos no plano urbanístico mais amplo, seja à escala da zona oriental ou da área metropolitana, têm suscitado avaliações mais críticas. Tais avaliações denunciam os problemas de integração territorial e social que o projecto gerou, ou não foi capaz de resolver. Nas palavras de Vítor Matias Ferreira (2000: 95), esses problemas ficaram a dever-se em grande parte ao facto de o projecto ter sido conduzido de acordo com uma “lógica claramente centrípeta”, “virando-se quase exclusivamente para a [...] frente

ribeirinha” e “esquecendo-se [...] que a zona oriental de Lisboa não se esgota à beira-mar”.⁴

O centramento progressivo do projecto urbano na zona do recinto expositivo, que na óptica de Vítor Matias Ferreira atraiçou em larga medida os objectivos de integração territorial e urbana que enformaram a sua formulação original, não é alheio aos condicionalismos atrás referidos. Não esquecendo a dimensão retórica dos enunciados programáticos que, neste como noutros grandes eventos, sustentou a sua legitimação pública, ele explica-se, em parte, pela forma como, à medida que a data do evento se foi aproximando, as necessidades de execução do recinto expositivo foram condicionando, desvirtuando ou diferindo no tempo os projectos urbanos de alcance mais amplo.

A tensão entre o projecto urbano e o projecto expositivo foi, na verdade, uma constante ao longo de todo o processo, e a sua intensificação ao longo do tempo foi notória. Após a conclusão da Exposição, essa tensão foi substituída por outra: a tensão entre os objectivos programáticos herdados da concepção original do projecto e as novas condições, políticas e organizacionais, da sua prossecução. A continuidade do projecto urbano passou a estar condicionada pela disputa e a indefinição de competências e responsabilidades entre os actores com interesses na nova zona urbana – as Câmaras Municipais de Lisboa e Loures, o Governo, a Parque Expo - SA, os agentes económicos, os promotores públicos e privados, os residentes e proprietários locais. Os efeitos daqui decorrentes não são hoje apenas visíveis nos problemas de integração territorial e sócio-urbanística entre o Parque das Nações e a zona envolvente. São-no igualmente na crescente densificação construtiva da zona ribeirinha reconvertida; nas dificuldades de adequação a novas funções de equipamentos emblemáticos como o Pavilhão de Portugal ou o Teatro Camões; nos problemas e nas indecisões quanto ao modelo de gestão e de financiamento dos custos de manutenção da qualidade ambiental e infraestrutural do espaço

⁴ As afirmações transcritas são exemplificativas do teor fortemente crítico que caracteriza o balanço que os trabalhos coordenados por Vítor Matias Ferreira e Francesco Indovina fazem do projecto urbano da Expo'98. Para um maior desenvolvimento desse balanço, vejam-se igualmente Ferreira *et al.* (1997) e Ferreira e Indovina (1999).

urbanizado; nas hesitações relativas ao cumprimento de projectos complementares, como o anunciado Parque Verde da zona envolvente. Embora a distância temporal à organização da Porto 2001 seja ainda demasiado curta para permitir avaliações consistentes, as impressões que podemos para já colher do projecto parecem sugerir sintomas claros de problemas muito semelhantes, que retomarei mais à frente.

2. Momentos culturalmente excepcionais: natureza e sustentabilidade das dinâmicas culturais induzidas

O segundo traço que quero salientar, e que decorre ainda da natureza dos formatos, é a situação de excepcional efervescência cultural que os grandes eventos instauram nos ambientes locais. Essa efervescência resulta não apenas da enorme ampliação, diversificação e visibilização da oferta cultural, mas também da excepcional disponibilidade política e financeira para investimento na cultura. Por essa razão, este é talvez o plano em que de forma mais directa e inquestionável os grandes eventos constituem oportunidades de intervenção qualificante e dinamizadora sobre o ambiente urbano. Isto é especialmente válido em países como o nosso, onde a actividade cultural continua a enfrentar fortes limitações no que toca a equipamentos, a instrumentos de apoio ao desenvolvimento e à visibilização da criação e da oferta e, finalmente, à disseminação da prática cultural regular no conjunto da população.

Não surpreende, por isso, que esses mesmos desígnios de política cultural tenham constituído, nos eventos em discussão, elementos centrais da enunciação retórica dos respectivos objectivos estratégicos (cf. Ferreira, 1998 e 2002a; Fortuna *et al.*, 2003: Cap. 3). A materialização destes enunciados em resultados concretos deve ser perspectivada em dois horizontes diferenciados, que recuperam a duplicidade temporal que atrás referi.

No horizonte temporal mais imediato, o da duração dos eventos, os efeitos de dinamização que exerceram sobre a actividade cultural nas duas cidades parecem ser incontestáveis e extensivos aos vários aspectos enunciados. Em paralelo com a natural inflação da oferta, os eventos proporcionaram aos

criadores e aos produtores nacionais condições excepcionais de apresentação das suas obras, reforçadas pela política de encomendas de criações originais que tanto a Expo'98 como a Porto 2001 puseram em prática. Além disso, os criadores e as instituições culturais beneficiaram de uma inusitada exposição pública, sobretudo internamente e através dos órgãos de comunicação social, como bem o atestam as páginas de jornais e os programas de rádio e televisão criados para acompanhar a programação dos eventos.⁵ Do lado da procura, os indicadores mostram que esta acompanhou o crescimento da oferta, embora neste plano se possam colocar muitas reservas quanto ao alcance efectivo do pretendido alargamento das bases sociais de recrutamento dos públicos da cultura.⁶ O efeito mais relevante do ponto de vista da questão dos públicos terá talvez residido na ampla mobilização e envolvimento da população escolar, através dos programas de cooperação com as escolas.⁷ Finalmente, foi no plano infraestrutural que os resultados se fizeram sentir de forma mais evidente, com a edificação de novos equipamentos e, sobretudo na Porto 2001, a recuperação e beneficiação de outros já existentes.⁸

Já no horizonte temporal mais longo, a ponderação do papel dos eventos como promotores da dinamização e do desenvolvimento da actividade cultural à escala local suscita apreciações mais ambivalentes. Uma primeira questão a

⁵ Veja-se, a este respeito, o balanço realizado pelo Observatório das Actividades Culturais acerca dos efeitos de exposição mediática das obras e dos criadores culturais nacionais gerados pela Expo'98 (Santos e Costa, 1999: Cap. 6).

⁶ O estudo dos públicos da Porto 2001 realizado pelo Observatório das Actividades Culturais (Santos, 2002) mostra que embora seja possível identificar alguns indícios de alargamento das bases sociais de recrutamento dos frequentadores das actividades culturais, o que prevalece é a reprodução da selectividade que tem sido extensivamente apontada pela generalidade dos trabalhos sobre as práticas culturais e os públicos da cultura em Portugal.

⁷ São de assinalar as iniciativas desenvolvidas pela Expo'98 no âmbito do programa Oceanofilia, que promoveu a sensibilização da população escolar para as questões oceanográficas e o seu envolvimento em projectos didácticos sobre o mesmo tema; e, na Porto 2001, o projecto Pontes de Partida, que promoveu o envolvimento da população escolar em actividades de expressão artística (cf. Porto 2001: 2001).

⁸ Destacam-se, entre os novos equipamentos legados pela Expo'98, o Pavilhão Atlântico, o Oceanário, o Pavilhão do Conhecimento e o Teatro Camões. No caso da Porto 2001, merecem destaque a Casa da Música, a Casa da Animação e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett, bem como as obras de beneficiação no Museu Nacional Soares dos Reis, no Coliseu do Porto e no Auditório Nacional Carlos Alberto e a requalificação da Cadeia da Relação – Centro Português de Fotografia. É de notar que também a CEC de Lisboa 1994 tinha assumido o investimento na recuperação e restauro de equipamentos como elemento central do seu programa de acção (cf. Holton, 1998; Roseta, 1998).

colocar a este respeito prende-se com a natureza qualitativa das dinâmicas culturais induzidas. Isto é, com as áreas e os sectores de actividade cultural que, no pós-evento, mais terão beneficiado, em termos de crescimento, consolidação ou inovação, com as oportunidades criadas. Esta questão remete directamente para os critérios de orientação e as opções de política cultural traçadas no quadro do planeamento dos projectos. Deste ponto de vista, algumas diferenças relevantes separam as experiências da Expo'98 e da Porto 2001.

Na Expo'98, em paralelo com a política de programação artística e lúdica para o período da exposição, foi feito um investimento forte na criação de condições para a posterior conversão do recinto expositivo num espaço lúdico-cultural, privilegiadamente vocacionado para a atracção de turistas e a satisfação das procuras de lazer e entretenimento. Esse investimento, em que na verdade se configurou mais uma política urbana de raiz cultural do que propriamente uma política cultural, assentou no arranjo arquitectónico do espaço e na implantação de um conjunto de equipamentos e instituições âncoras.⁹ Ambos foram projectados para atrair a oferta de serviços complementares: bares e restaurantes, organização regular de espectáculos de música, desporto e animação, novos equipamentos lúdicos (como o *bowling*, por exemplo), etc.

Na estratégia programática da Porto 2001 destacou-se, por seu turno, uma aposta muito forte na mobilização e na cooperação com as principais instituições culturais da cidade. Essa aposta foi equacionada pelos responsáveis do evento quer como suporte da programação do ano cultural, quer como forma de reforçar as condições de funcionamento e a visibilidade pública dessas mesmas instituições. Em simultâneo, foi feito um investimento estratégico na criação de um novo equipamento, a Casa da Música. O equipamento foi projectado com o objectivo de dotar a cidade de uma

⁹ O projecto de conversão do recinto expositivo num espaço de vocação marcadamente lúdico-cultural traduziu-se tanto no arranjo arquitectónico, preenchido com zonas de passeio e de fruição lúdica da frente ribeirinha, como no investimento em equipamentos e instituições âncoras: para lá dos atrás referidos (Oceanário, Pavilhão do Conhecimento, Pavilhão Atlântico, Teatro Camões), podem ainda acrescentar-se a Praça Sony, a FIL, o próprio Centro Comercial Vasco da Gama.

instituição de excelência, que assumisse um estatuto referencial às escalas nacional e internacional e permitisse ultrapassar o défice de dinamismo que, na óptica dos seus promotores, se vinha sentindo na cidade na área da música (Fortuna *et al.*, 2003: Cap. 3).¹⁰

Embora a distância temporal seja ainda demasiado curta para balanços consistentes, sobretudo no caso da Porto 2001, há no entanto sintomas indiciadores de uma grande ambivalência no que se refere ao sucesso destas estratégias. Esse sucesso parece ser mais evidente no caso do Parque das Nações, cujo funcionamento revela a consolidação de uma oferta e uma procura regulares, sobretudo no que à componente lúdico-cultural diz respeito. Tal consolidação é indissociável do facto de, após o final da exposição, os equipamentos âncoras se encontrarem dotados de condições organizativas e financeiras para manterem a sua actividade. No entanto, alguns problemas são igualmente identificáveis, para além dos já referidos – os desequilíbrios urbanísticos e as dificuldades de manutenção da qualidade ambiental e infraestrutural da zona. É de assinalar especialmente a fraca implantação de actividades de carácter artístico, científico, didáctico ou mesmo institucional que, de acordo com os planos originais, deveriam complementar a componente mais lúdica daquele espaço e atribuir-lhe uma maior diversidade funcional. Quanto à Porto 2001, embora no plano da requalificação infraestrutural pareçam consensuais os benefícios para a cidade, as manifestações de desencanto dos agentes culturais a que a imprensa tem dado eco desde o encerramento do ano cultural reflectem problemas de continuidade das dinâmicas de desenvolvimento cultural lançadas, ou projectadas, pelo evento. As indecisões políticas e a indefinição programática que, passados quase dois anos, continuam a marcar o emblemático projecto da Casa da Música são uma das expressões mais claras disso mesmo.

¹⁰ Tanto no caso da Expo'98 como no da Porto 2001, não pretendo naturalmente reduzir a diversidade de iniciativas programáticas e de áreas de intervenção às linhas aqui enunciadas. Este balanço pretende apenas equacionar o contraste entre as linhas de orientação geral mais marcantes das respectivas políticas de actuação, sobretudo no que à projecção de efeitos no pós-evento diz respeito.

Tanto num caso como no outro, e para lá dos julgamentos que se possam fazer sobre a maior ou menor pertinência das opções estratégicas referidas, o que está aqui em causa é a sustentabilidade, no médio e longo prazo, dos projectos e das iniciativas lançadas no âmbito dos eventos. Essa sustentabilidade depende, em boa medida, dos equilíbrios que se estabelecem entre o investimento na programação efémera e em projectos duradouros, que possam prolongar no tempo os efeitos de dinamização mais imediatos. E, sobretudo, da capacidade revelada pelos organizadores dos eventos para fomentar a celebração de parcerias e compromissos inter-institucionais, tendo em vista nomeadamente a consolidação e a autonomização financeira e organizacional dos projectos.¹¹

No caso concreto dos dois eventos portugueses, essas condições estão muito directamente associadas à natureza pública da matriz institucional que suportou a sua realização. A base de confiança e as garantias financeiras e institucionais proporcionadas pela tutela estatal facilitaram a intensificação da iniciativa cultural, assim como a cooperação entre diversos tipos de actores: os organizadores, os operadores culturais, o poder político, os financiadores públicos e privados. São de destacar neste plano, e como atrás referi, a contratualização de condições de suporte ao lançamento dos novos equipamentos legados pela Expo'98 e a CEC, o extenso envolvimento de escolas e de população escolar, a ampla mobilização de operadores culturais e de mecenas conseguida pela organização da Porto 2001 e as instituições envolvidas na sua programação.¹²

¹¹ Como tive oportunidade de argumentar noutra lugar (Ferreira, 2002b), os grandes eventos são contextos por excelência de intermediação e articulação entre agentes e instituições, dentro e fora do campo cultural. Nesses processos, o papel desempenhado pelos intermediários culturais que, na qualidade de comissários, programadores ou consultores, assumem as responsabilidades programáticas e executivas, é fundamental. O alcance dos efeitos culturais dos eventos depende muito da sua acção mediadora, ou seja, da sua capacidade de, com base nas condições materiais e institucionais proporcionadas pelos eventos, dinamizarem as redes relacionais que se constituem em torno da actividade cultural e promoverem a cooperação entre as instituições e os agentes culturais, políticos e económicos.

¹² A ampla mobilização de apoios mecenáticos no quadro da Porto 2001, que atingiu uma expressão pouco habitual em Portugal, constituiu uma das bandeiras da organização do evento. Os promotores da CEC afirmavam pretender por essa via alcançar um duplo objectivo: garantir recursos complementares ao investimento público directo na programação; criar sinergias capazes de assegurar a continuidade do financiamento da cultura na cidade do Porto.

Mas estes mesmos exemplos, com os problemas de continuidade que vêm revelando, são igualmente sintomáticos da natureza precária dos compromissos e das condições de sustentabilidade que se forjam no contexto organizacional dos grandes eventos – neste caso um contexto marcado pela base institucional proporcionada pelo patrocínio estatal. Uma vez concluídos os eventos e dissolvido o ambiente de entusiasmo e comprometimento colectivo em seu torno, os consensos sociais, políticos e institucionais que haviam suportado a sua realização tendem igualmente a dissolver-se, comprometendo, ou condicionando, a continuidade das iniciativas entretanto projectadas. As possibilidades criadas pelo enquadramento público dos empreendimentos dão então lugar a outros tantos constrangimentos e condicionalismos.

Se isto é válido para as dinâmicas e as iniciativas suportadas por apoio mecénico privado, que é muito difícil de prolongar consistentemente fora do contexto de forte mediatização que os eventos proporcionam, é-o igualmente para aquelas cuja continuidade fica dependente do apoio estatal. Estas últimas ficam em situação de grande vulnerabilidade face às mudanças conjunturais das orientações do poder político. Isso mesmo demonstram as hesitações do poder municipal portuense em manter uma política de apoio activo às dinâmicas lançadas pela CEC ou as tensões e indecisões que têm marcado o envolvimento dos dois accionistas (Estado central e autarquia) no atribulado processo de definição do modelo de funcionamento da Casa da Música. O mesmo, aliás, se poderá dizer das dificuldades de concertação que, logo a partir de 1999, se começaram a fazer sentir entre o Governo, as Câmaras Municipais de Lisboa e Loures, a Parque Expo - SA e os privados (empresas e residentes) a respeito da distribuição das responsabilidades com a gestão e a manutenção da qualidade ambiental e infraestrutural do Parque das Nações. Este aspecto, recorde-se, é decisivo para, em complemento com o funcionamento dos equipamentos âncoras, sustentar a pretendida atractividade

O balanço feito pela própria organização não deixa, no entanto, de reconhecer alguns problemas no funcionamento desta estratégia, bem característicos, de resto, da debilidade e dos desentendimentos que afectam o mecenato em Portugal (Santos, 1998). São exemplos a insatisfação dos mecenas com os efeitos de visibilização institucional alcançados ou a competição entre a organização do evento e as instituições cooperantes pela captação de apoios (cf. Departamento de Comunicação e Marketing, 2002; Fortuna *et al.*, 2003: Cap.3).

do espaço, tanto para os potenciais promotores de oferta cultural e lúdica, como para os consumidores e turistas.

É bem evidente, em todos estes exemplos, o paradoxo que se pode reconhecer no funcionamento dos grandes eventos como instrumentos de dinamização e desenvolvimento cultural num país como Portugal. Por um lado, as condições excepcionais que a sua organização concita atribuem-lhes o estatuto de ocasiões únicas para criar dinâmicas de desenvolvimento cultural que permitam ultrapassar os défices e problemas que afectam regularmente a actividade cultural. Mas, por outro lado, a natureza estruturalmente precária dessas condições – o carácter a todos os títulos excepcional dos compromissos políticos e institucionais e do clima de euforia e voluntarismo que os eventos suscitam provisoriamente – limita consideravelmente o alcance, e sobretudo a sustentabilidade, dos pretendidos efeitos dinamizadores. Num plano mais genérico, o que estes limites revelam é o dilema que, como refere Greg Richards (2000) a propósito das CEC de Glasgow e Antuérpia, se coloca às políticas culturais ancoradas em eventos prestigiantes: a opção entre um investimento na cultura como um fim ou como um meio. A questão é que, como argumentarei em seguida, a tendência que vem prevalecendo no enquadramento político dos grandes eventos é precisamente esta última opção.

3. A cultura ao serviço da revitalização das cidades: investimento no “capital cultural” local e efeitos de promoção e marketing

Como referi no início, os grandes eventos culturais são em geral planeados como oportunidades para, a propósito da intervenção cultural, pôr em marcha ou acelerar programas locais de acção mais amplos, que podem ser orientados para múltiplos objectivos: dinamização de sectores das economias locais, atracção de turistas, captação de investidores externos, celebração ou reforço das identidades colectivas, reabilitação e revitalização urbana, promoção e marketing das cidades.

É sobre a articulação entre estes dois últimos aspectos que pretendo centrar-me nesta secção. Nela podemos identificar uma das linhas de questionamento mais fecundas acerca do significado e das implicações dos grandes eventos na recente conjuntura nacional: a associação entre cultura, política e marketing na definição de estratégias de modernização e internacionalização do país e das suas cidades. Com efeito, observamos nestes projectos a expressão de uma fórmula de utilização instrumental da cultura como meio para o desenvolvimento de políticas urbanas, ou, noutros termos, para a elaboração de estratégias de requalificação material e simbólica das cidades. Embora em graus e com enquadramentos diferenciados, na Expo'98 e na Porto 2001, como de resto também na CEC de Lisboa 1994, a componente festiva e de programação cultural foi associada a um plano de regeneração urbana e de promoção de uma imagem renovada das cidades. Na formulação dos três projectos, o investimento na cultura e na reabilitação urbanística foi claramente equacionado como um meio de promover a revitalização socioeconómica de Lisboa e do Porto e de projectar, sobretudo no espaço europeu, uma imagem de vitalidade, cosmopolitismo e modernidade culturais. Essa imagem deveria apelar a investidores e turistas externos, reforçando simultaneamente a auto-estima e a identificação das populações locais.¹³

A mesma fórmula vem sendo reproduzida, em circunstâncias e a escalas variadas, num conjunto diverso de iniciativas que se enquadram na inflexão culturalista das políticas locais, que Carlos Fortuna (2002) associa ao “terceiro ciclo de governação” das cidades no Portugal democrático, o “ciclo da europeização”. São múltiplos os exemplos: a promoção de eventos prestigiantes de dimensão variada (dos pequenos festivais e ciclos culturais à corrida à organização da Capital Nacional da Cultura); a centralidade atribuída à componente de infraestruturação lúdico-cultural em grande parte dos projectos lançados no âmbito do programa POLIS; a aposta na edificação de novos centros culturais, centros multiusos, museus locais; as múltiplas formas de investimento na “patrimonialização”, “culturalização” e turistificação do

¹³ Vejam-se, a este respeito, Ferreira (1998 e 2002a) sobre a Expo'98, Holton (1998), Ribeiro (1998) e Roseta (1998) sobre Lisboa 1994 e Fortuna *et al.* (2003: Cap. 3) sobre a Porto 2001.

património histórico e do espaço público das cidades (Fortuna, 1997a e 2002; Peixoto, 1997; Ferreira, 2002b). Neste ciclo, o discurso político tem equacionado o investimento na cultura como forma de melhorar a qualidade ambiental e estética do espaço público urbano, de induzir efeitos de desenvolvimento económico e de promover imagens identitárias, mas também atraentes e competitivas, das cidades. E tem-no vindo a associar crescentemente aos temas do empreendedorismo urbano e da competitividade interurbana.

A aposta cultural, de que a Expo'98 e sobretudo as CEC são exemplos maiores, reflecte a inscrição no nosso país de uma das tendências que, nas últimas décadas, têm marcado, um pouco por toda a Europa, as estratégias e as políticas culturais e económicas urbanas, sobretudo em contextos de desindustrialização. Trata-se do investimento na promoção do “capital cultural” das cidades¹⁴ como factor de regeneração socioeconómica e identitária local, de renovação das imagens das cidades, de reforço da competitividade nos mercados internacionais e de atracção de investidores, turistas e consumidores. Naturalmente, este tipo de estratégia tem revestido formas variadas, podendo surgir associado a programas complementares muito diversos. Contam-se, entre estes, o investimento na inovação arquitectónica e na revalorização do património histórico; no desenvolvimento de uma oferta artística especializada ou de cariz mais marcadamente lúdico; no turismo histórico e cultural e no turismo de massas; na atracção de actividades do terciário superior, de inovação científica e tecnológica, de indústrias culturais; na fixação residencial nos centros das cidades de populações jovens e das novas classes médias. Os grandes eventos internacionais, não só os de

¹⁴ A noção de “capital cultural” aqui utilizada refere-se aos recursos e aos atributos culturais dos lugares e das cidades que são passíveis de lhes conferir singularidade e de servirem como factores de atracção de investidores, consumidores e turistas: as actividades especializadas de produção artística e simbólica; as instituições e a oferta culturais e artísticas; o património edificado; as qualidades estéticas dos lugares e das paisagens; os modos de vida e as culturas locais. A valorização e exploração económica destes recursos, sobretudo pela economia de serviços, sustenta o desenvolvimento daquilo que Sharon Zukin (1996) designa de “sistemas de produção simbólica”. A intenção de promover o reforço e o desenvolvimento do potencial económico destes recursos e de fazer deles um factor de renovação e de projecção externa de imagens apelativas dos lugares tem estado no centro de muitas estratégias e políticas de desenvolvimento cultural de bairros, cidades ou regiões.

natureza cultural, mas também os desportivos, têm sido frequentemente projectados ao abrigo desta filosofia de intervenção urbana.¹⁵ O balanço das quase duas décadas de história das CEC, por exemplo, mostra claramente que, excluindo os casos das cidades cuja capitalidade cultural está há muito internacionalmente consagrada (como Paris ou Berlim), a pedra de toque da atractividade da designação reside em grande parte nas potencialidades de valorização económica, simbólica e promocional do “capital cultural” local que, pelo menos aos olhos dos seus promotores, a organização dos eventos encerra (Richards, 2000; Sjøholt, 1999; Hughes, Allen e Dorota, 2003).

No âmbito desta aposta cultural, e sobretudo no quadro dos grandes eventos, o marketing urbano e a promoção de imagens das cidades adquirem grande relevo. Como referi atrás, na Expo’98 e nas CEC de Lisboa e Porto essas dimensões ocuparam um papel central na concepção e na justificação dos eventos. Mais do que as estratégias publicitárias postas em prática, que foram objecto de forte investimento sobretudo nas realizações de Lisboa,¹⁶ foram os próprios eventos que foram investidos do estatuto de veículos de demonstração, perante audiências alargadas, do dinamismo e da modernização das cidades. Os lemas “Lisboa nunca pára” (CEC 1994), “Lisboa capital atlântica”, “Capital dos oceanos, um património para o futuro” (Expo’98) e “Porto, cidades das pontes para o futuro” (CEC 2001) foram as conversões metafóricas, na linguagem da publicidade e do marketing, das qualidades das cidades que os eventos deveriam representar. Que qualidades? As de cidades dinâmicas e em contínua transformação modernizante; viradas para o futuro, mas atentas à preservação e actualização do passado; culturalmente activas, animadas e fervilhantes; urbanística, arquitectónica e artisticamente arrojadas;

¹⁵ Os casos dos Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992 e da CEC de Glasgow de 1990, como é sabido, ganharam neste plano um estatuto referencial, cuja influência é observável também na concepção programática e nas formulações retóricas subjacentes aos três grandes eventos portugueses.

¹⁶ Comparativamente com a Expo’98 e, sobretudo, com a Lisboa 1994 (já que se trata de uma realização à mesma escala), a Porto 2001 fez um investimento menor na componente da comunicação e marketing (4,5% do orçamento total do projecto, contra 15% em Lisboa). Esta contenção, que mereceu fortes críticas dos agentes do sector turístico, que acusaram a fraca difusão internacional do evento nos mercados turísticos internacionais, correspondeu a uma opção assumida pela organização e justificada em nome da concentração de recursos no programa cultural e urbanístico (Fortuna *et al.*, 2003: Cap. 3).

dotadas de capacidade empreendedora e de elevadas competências técnicas e organizacionais; capazes, em suma, de emparceirar com as suas congéneres europeias mais desenvolvidas tanto na inovação artística, urbanística e tecnológica, como na liderança da cooperação internacional nos domínios político, diplomático e empresarial.¹⁷ Nos critérios de política cultural e urbana que enformam o planeamento dos grandes eventos, mas também muitas das outras iniciativas atrás referidas, as questões do marketing e da produção e difusão de imagens identitárias e apelativas das cidades parecem assim assumir pelo menos tanta importância quanto o investimento material nos recursos e nas capacidades culturais locais.

Duas questões se devem colocar a respeito deste tipo de aposta cultural e, sobretudo, da ênfase que no seu âmbito é colocada no marketing e na imagem. A primeira prende-se com a sua eficácia como indutora do desenvolvimento socioeconómico local; a segunda com os desequilíbrios que introduz nas políticas de regeneração das cidades.

Quanto à questão da eficácia, um dos principais tópicos das retóricas que sustentaram, no domínio económico, o lançamento da Exposição Mundial e das CEC foi o da sua pretensa capacidade para, por via da projecção de imagens apelativas das cidades, atrair investidores e turistas. E de, em consequência, abrir novas oportunidades para o desenvolvimento da economia local: do comércio, dos serviços, da oferta cultural e lúdica. Os estudos realizados noutros países têm mostrado, porém, a fragilidade dos efeitos dos grandes eventos sobre o crescimento dos mercados turísticos locais. Esses efeitos são em regra de curta duração, circunscritos à duração da programação e aos meses (ou ao ano) imediatamente subsequentes. Uma vez passada a excepcional notoriedade que os eventos atribuem provisoriamente às cidades, as atenções dos turistas e dos operadores turísticos, sobretudo dos internacionais, reorientam-se para outros destinos. Uns e outros acompanham a itinerância geográfica dos acontecimentos que pontuam os circuitos

¹⁷ Sintetizam-se aqui alguns dos tópicos que atravessaram as formulações discursivas produzidas no âmbito da organização dos três eventos a respeito do seu papel estratégico para a afirmação das cidades de Lisboa e Porto (cf. Ferreira, 1998 e 2002a; Fortuna *et al.*, 2003: Cap. 3; Holton, 1998).

internacionais de realizações prestigiantes e mediáticas.¹⁸ Como argumenta Greg Richards (2000), num mercado de turismo cultural altamente competitivo como é o europeu, o sucesso turístico da aposta cultural, no médio e longo prazo, depende pouco do efeito promocional conseguido no imediato com realizações excepcionais. Pelo contrário, depende essencialmente da sua integração numa “estratégia cultural total”, que favoreça a consolidação duradoura de equipamentos e atracções e a contínua renovação da criatividade e da iniciativa dos operadores locais.

O exemplo do turismo é ilustrativo dos limites e dos problemas que têm vindo a ser genericamente apontados à consistência e à sustentabilidade dos impactos das políticas urbanas baseadas em eventos prestigiantes sobre as economias locais. Ou seja, sobre a criação de emprego, a geração de riqueza, a melhoria das condições de vida das populações locais, as oportunidades para a iniciativa e a inovação empresarial, a fixação de profissionais altamente qualificados, o efectivo reforço da competitividade urbana (cf. Bianchini e Parkinson, 1993; Gómez, 1998; Roche, 2000). A razão desses limites é bastante óbvia: a eficácia socioeconómica dos eventos reside menos no seu efeito despoletador de novas dinâmicas do que na sua capacidade de dar continuidade ou acelerar dinâmicas já em curso. No entanto, e sobretudo no contexto de países e cidades cujas elites buscam formas de afirmação externa, os eventos são em regra investidos de desígnios mais ambiciosos, adoptando programas visionários e transformadores e promovendo uma inflação das expectativas. Resulta daqui uma desvinculação entre a cidade projectada e imaginada e a cidade real, que é amplificada pelo esforço retórico para legitimar o investimento público. Onde essa inflação se parece revelar mais eficaz é nos efeitos de reforço da auto-estima das populações locais. Mas, como o demonstra a recente experiência portuguesa, também esses efeitos

¹⁸ Veja-se, a este respeito, o balanço que Greg Richards (2000) faz dos impactos das CEC sobre o turismo, e muito especialmente sobre a atracção dos fluxos do turismo cultural. Embora entre nós seja muito deficitária a análise consistente dos impactos turísticos dos grandes eventos no médio e longo prazo, a informação disponível aponta precisamente no sentido referido: crescimento da procura turística no curto prazo, seguida de quebra e retorno às tendências evolutivas anteriores aos eventos nos anos seguintes (cf. Basílio, 2002; Ribeiro, 1998).

são precários e transitórios e se dissipam rapidamente com as mudanças de conjuntura.

A segunda questão remete para os desequilíbrios que a aliança provisória entre cultura, política e marketing pode introduzir nas políticas e nas estratégias de planeamento das cidades. Esses desequilíbrios são de várias ordens e manifestam-se desde logo na potencial sujeição do planeamento cultural e urbanístico não só aos efeitos promocionais imediatos, mas também às lógicas de representação que se afirmam na organização dos eventos.¹⁹ Contextos de afirmação de projectos de cidade assentes na valorização da sua imagem cultural, os grandes eventos são também veículo de representação da notoriedade, do poder e dos interesses daqueles que respondem pela sua autoria e execução: políticos, comissários, programadores, arquitectos, consultores, patrocinadores.²⁰ Em conjugação com a lógica do marketing urbano, a presença desta dimensão representacional acentua o desequilíbrio entre o investimento na cultura como um fim ou como um meio, em benefício deste último. Em paralelo, o próprio planeamento urbano é subordinado aos princípios de uma arquitectura e um urbanismo muito vocacionados para a encenação de imagem apelativas e mercantilizáveis das cidades.²¹

Mais relevantes, no entanto, são talvez os efeitos de segmentação das cidades que a sua encenação cultural e arquitectónica no quadro dos eventos pode produzir. Na expressão utilizada por Kymberly Holton (1998) a respeito da Lisboa 1994, através de projectos como as CEC e as Expos as cidades são

¹⁹ Esta sujeição é, de resto, um factor que concorre igualmente para os problemas de sustentabilidade do desenvolvimento cultural induzido pelos eventos, a que atrás me referi.

²⁰ Greg Richards (2000) associa precisamente a aposta política no “capital cultural local” ao protagonismo e aos interesses dos novos intermediários culturais e dos profissionais da produção simbólica que, conjuntamente com os sectores económicos ligados ao turismo, mais beneficiam com este tipo de estratégia.

²¹ Encontramos aqui alguns sinais que reproduzem, a uma escala e num contexto particulares, tendências urbanísticas e arquitectónicas que vêm sendo genericamente apontadas aos processos de regeneração urbana baseados na aposta cultural orientada para os mercados de turistas e consumidores. Veja-se, a este respeito, o balanço que Mari Paz Balibrea (2001 e 2003) faz do caso de Barcelona, cidade frequentemente apontada como modelo de reconversão pós-industrial e requalificação urbana, em que a aposta no “capital cultural” adquiriu papel central. Como já referi, na formulação original do projecto urbano da Expo'98, a cidade catalã, e sobretudo o programa de requalificação urbana associado aos Jogos Olímpicos de 1992, assumiu um estatuto referencial.

“vestidas para o sucesso”. São-no não só através das campanhas de marketing e publicidade, mas também da efectiva intervenção sobre o ambiente, a paisagem e a dinâmica da vida quotidiana. A animação cultural e lúdica e os arranjos estéticos e arquitectónicos promovidos no quadro dos projectos de reabilitação, ao mesmo tempo que requalificam e evidenciam zonas da cidade, escondem e despromovem política e socialmente outras. E, nesse processo, despromovem igualmente as franjas da população, os grupos sociais, os modos de vida, as actividades que menos se enquadram no padrão de ambiente urbano que se pretende projectar: um ambiente particularmente apelativo e integrador para as classes médias urbanas altamente qualificadas, os consumidores culturais, os turistas.²²

A fragmentação espacial e social é, como refere Carlos Fortuna (2002), um traço definidor da ontologia da cidade moderna. Mas como o mesmo autor adverte, a redefinição de imagens emblemáticas das cidades no quadro da competição interurbana corre o risco de reforçar ou renovar essas fragmentações, bem como as formas de segmentação e exclusão social que lhes estão associadas. Ou, noutro plano, de inscrever nas políticas urbanas horizontes programáticos e critérios urbanísticos desfasados do actual pulsar da cidade, das necessidades e dos interesses específicos dos seus cidadãos e dos actores sociais, económicos e culturais que nela actuam quotidianamente. Neste caso, a desvinculação entre a cidade real e a cidade encenada e projectada coloca problemas de cidadania e de participação. Esses problemas decorrem, essencialmente, do carácter fortemente centralizado que em regra, e como aconteceu também nos eventos portugueses, caracteriza a concepção e a organização de grandes programas culturais prestigiantes. Formulados de cima para baixo, esses programas são bem mais concebidos à medida dos projectos e das visões do mundo dos seus promotores do que das reais necessidades e interesses dos cidadãos, convocados a participar sobretudo na condição de espectadores e potenciais beneficiários.

²² Atente-se, a este respeito, no contraste que o projecto urbano da Expo'98 veio introduzir, não só no plano material, mas também no plano dos imaginários, entre o carácter emblemático e referencial do Parque das Nações e a imagem social e urbanisticamente desqualificada das zonas envolventes (cf. Ferreira, Lucas e Gato, 1999).

Conclusão

Como comecei por afirmar no início deste texto, um dos traços essenciais da organização dos grandes eventos culturais é a tensão que nela se estabelece entre duas vocações: por um lado, a realização do evento efémero, investido de funções programáticas próprias, prescritas pelo seu formato (divulgação cultural, oferta lúdica, celebração festiva, cooperação internacional); por outro lado, o seu aproveitamento instrumental como oportunidades para lançar programas mais amplos, de alcance variável e com efeitos projectados em múltiplos planos.

Na sua matriz basilar, os grandes eventos são antes de mais momentos de excepção na regularidade quotidiana da vida social e cultural. E nessa sua condição excepcional, que é acentuada pela dimensão festiva e pela exuberância simbólica que promovem (Santos e Costa, 1999), eles assumem uma forte componente ritualística (Benedict, 1983). São momentos de auto-celebração das comunidades que os promovem, de renovação pontual das suas identidades e da sua relação com a sua própria história. Assim foi também com a Expo'98 e a Porto 2001. Como argumentei noutro lugar, estes eventos celebraram o projecto de modernização e aproximação à Europa em que o país e as cidades, ou pelo menos as suas elites políticas, culturais e económicas, se encontravam empenhados (Ferreira, 2002a; Fortuna *et al.*, 2003: Cap. 3).

Mas ao lado dessa função primordial, que assenta precisamente na sua efemeridade, os grandes eventos incorporam também uma componente instrumental. Essa componente configura-os como oportunidades para gerar efeitos materiais e simbólicos mais amplos e duradouros sobre as cidades que os acolhem. Na verdade, no equilíbrio tenso entre as duas vocações referidas, parece ser hoje a segunda, a instrumental, a que é sobrevalorizada, sendo também nela que reside o principal factor de atracção sobre aqueles que concorrem pela sua organização. No caso de eventos como as CEC e as Expos, esse valor instrumental surge muito directamente associado à valorização da cultura como factor de requalificação e redinamização das

cidades e do seu reposicionamento no contexto de competitividade interurbana. Nesse sentido, eles têm sido utilizados, sobretudo em cidades mais periféricas no quadro da competição internacional ou em regiões em processo de reconversão pós-industrial, como instrumentos ao serviço de uma aposta no reforço do “capital cultural local” e da sua valorização simbólica e económica. Também na forma como os projectos da Expo’98 e da Porto 2001 foram formulados, e retoricamente justificados, encontramos sinais desta tendência. Esses sinais parecem estar a reproduzir-se igualmente noutros programas que, embora a escalas diversas, têm tomado estes eventos, e sobretudo a Expo’98, como modelos. Tal aposta não deixa de encerrar equívocos, assim como não deixa de ter implicações sobre as estratégias e as políticas de planeamento cultural e urbano, que importa discutir de forma ampla.

Ao longo do texto, centrei-me precisamente nesta segunda dimensão e enunciei algumas das principais virtudes instrumentais que os grandes eventos encerram. Mas procurei, também, equacionar as suas limitações, assim como os problemas e os equívocos que com frequência envolvem a sua utilização instrumental. Procurei mostrar que essas limitações e equívocos estão em grande medida associados a dois aspectos. Por um lado, ao grau de adequação entre as possibilidades contidas nos formatos dos eventos, as expectativas e os projectos que são investidos na sua organização e as dinâmicas e condições que pautam o pulsar regular da vida social, cultural e económica local. Por outro lado, aos condicionalismos associados às lógicas e aos processos que presidem à sua organização e que introduzem um razoável grau de imponderabilidade e contingencialidade nos seus possíveis desfechos a médio e longo prazo.

Como o ilustram os casos da Expo’98 e da Porto 2001, os grandes eventos são ocasiões de enunciação de projectos renovadores para as cidades que os acolhem. Através deles, renovam-se poderes simbólicos e políticos e afirmam-se novos protagonismos nas arenas cultural, social e política. Argumentei na terceira secção do texto que, em virtude das lógicas que interferem na sua organização, estes projectos promovem graus variáveis de desvinculação entre a cidade imaginada e projectada e a cidade real. Essa desvinculação tem um

lado criativo e produtivo. Ela fomenta a emergência e a inscrição nas agendas públicas de perspectivas visionárias, que apontam caminhos possíveis para a modernização sócio-cultural e urbanística das cidades e para a renovação das suas dinâmicas de transformação. Mas tem também um lado problemático: o do distanciamento que esse carácter visionário, equacionado à medida dos interesses e das visões do mundo dos seus protagonistas, pode estabelecer entre as metas traçadas pelas políticas culturais e urbanas e os interesses e as necessidades dos vários grupos e sectores sociais que integram a cidade.

As perplexidades e os problemas que fui enunciando sugeririam talvez que os grandes eventos se deveriam circunscrever às suas funções primordiais: a de momentos efémeros de excepção, festa e celebração. No entanto, seria incompreensível, e politicamente insustentável, que não se aproveitassem as oportunidades de intervenção requalificante sobre as cidades que, apesar de tudo, eles proporcionam.

Esse aproveitamento requer, porém, que se repense o seu modelo de funcionamento e os critérios que presidem à sua organização, apontando para um modelo mais integrado e democrático de planeamento. Ou seja, que o seu planeamento obedeça a uma lógica menos centralizadora e a uma racionalidade menos dirigista e privilegie mais o envolvimento activo dos diversos sectores da comunidade de cidadãos. Nesse sentido, importa desde logo ponderar de forma mais alargada e participada a pertinência e os critérios dos programas de requalificação das cidades por via da cultura. Franco Bianchini (2003) propõe, a este respeito, que os planeadores e os mediadores adoptem uma concepção mais ampla, antropológica, de cultura e cultivem uma maior sensibilidade em relação às competências e aspirações das diversas franjas das populações locais. Significa isto associar à aposta no reforço do “capital cultural” o investimento no capital social local – nas redes inter-institucionais, nas capacidades, expectativas e projectos dos vários grupos sociais. E fazê-lo sem iludir nem desvalorizar a conflitualidade e a disputa que, necessariamente, a realização dos eventos também promove. De outro modo, e para utilizar a expressão de Carlos Fortuna (1997b), o seu efeito arrisca-se a ser sobretudo a conversão temporária das cidades em “cidades

simbolicamente globais”. Mas porque temporária e simbólica, essa conversão reenvia, afinal, para a dimensão mais efémera e ritual dos eventos: a de festas de auto-celebração e de renovação dos imaginários do desenvolvimento e da modernização.

Referências bibliográficas

Balibrea, Mari Paz (2001), “Urbanism, Culture and the Post-Industrial City: Challenging the ‘Barcelona Model’”, *Journal of Spanish Cultural Studies*, 2 (2), 187-210.

Balibrea, Mari Paz, (2003), “Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67.

Basílio, Paulo Batista (2002), *O impacto da Expo 98 no turismo*. Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo – Universidade do Algarve, policopiado.

Benedict, Burton (1983), "The Anthropology of World's Fairs", in *idem*, *The Anthropology of World's Fairs. San Francisco's Panama Pacific International Exposition of 1915*. London and Berkeley: The Lowie Museum of Anthropology / Scolar Press, 1-65.

Bianchini, Franco (2003), "The concept and practice of ‘cultural planning’: a way of rethinking the relationship between culture and urban planning”, *Com/n/textos de Sociologia – Série Especial*, 1 (Cidades e Culturas – Actas do Encontro Temático Intercongressos da Associação Portuguesa de Sociologia) (no prelo).

Bianchini, Franco; Parkinson, Michael (orgs.) (1993), *Cultural Policy and Urban Regeneration. The West European Experience*. Manchester and New York: Manchester University Press.

Carrière, Jean-Paul; Demazière, Christophe (2002), “Urban Planning and Flagship Development Projects: Lessons from Expo 98, Lisbon”, *Planning, Practice & Research*, 17 (1), 69-79.

Departamento de Comunicação e Marketing (2002), *Resumo geral*. Relatório do Departamento de Comunicação e Marketing da Porto 2001, 28 de Março de 2002.

Ferreira, Claudino (1998), "A Exposição Mundial de Lisboa de 1998. Contextos de produção de um mega-evento cultural", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51, 43-67.

Ferreira, Claudino (2002a), “Processos culturais e políticos de formatação de um mega-evento: do movimento das Exposições Internacionais à Expo’98 de Lisboa”, in Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (org.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento, 255-313.

Ferreira, Claudino (2002b), “Intermediação cultural e grandes eventos. Notas para um programa de investigação sobre a difusão das culturas urbanas”, *Oficina do CES*, 167.

Ferreira, Vítor Matias (2000), “Lisboa depois da Expo – e a cidade?”, in A.M.L., *Colóquio Lisboa depois da Expo...* Lisboa: Assembleia Municipal de Lisboa, 89-97.

Ferreira, Vítor Matias *et al.* (1997), *Lisboa, a metrópole e o rio. Centralidade e requalificação das frentes de água*. Lisboa: Bizâncio.

Ferreira, Vítor Matias; Indovina, Francesco (org.) (1999), *A cidade da Expo’98. Uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Bizâncio.

Ferreira, Vítor Matias; Lucas, Joana; Gato, M. Assunção (1999), "Requalificação urbana ou reconversão urbanística?", in Vítor Matias Ferreira e Francesco Indovina (org.), *A cidade da Expo'98. Uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Bizâncio, 205-251.

Fortuna, Carlos (1997a), "Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora", in *idem* (org.), *Cidade, cultura e globalização. Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 231-257.

Fortuna, Carlos (1997b), "Introdução. Sociologia, cultura urbana e globalização", in *idem* (org.), *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta, 1-28.

Fortuna, Carlos (2002), "Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 123-148.

Fortuna, Carlos; Ferreira, Claudino; Santos, Helena; Abreu, Paula; Peixoto, Paulo (2003), *Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana. Um estudo sobre a influência dos circuitos culturais globais em algumas cidades portuguesas (Relatório de investigação)*. Coimbra: CES, policopiado.

Galopin, Marcel (1997), *As Exposições Internacionais do século XX e o BIE. Lisboa: Expo'98*.

Gómez, María V. (1998), "Reflective Images: the Case of Urban Regeneration in Glasgow and Bilbao", *International Journal of Urban and Regional Research*, 22 (1), 106-121.

Hall, Colin Michael (1992), *Hallmark Tourist Events. Impacts, Management and Planning*. London: Belhaven Press

Holton, Kymberly DaCosta (1998), "Dressing for Success. Lisbon as European Cultural Capital", *Journal of American Folklore*, 111 (440), 173-196.

Hughes, Howard; Allen, Danielle; Wasik, Dorota (2003), "The Significance of European 'Capital of Culture' for Tourism and Culture: the Case of Kraków 2000", *International Journal of Arts Management*, 5 (3), 12-23.

Law, Christopher M. (1993), *Urban Tourism. Attracting Visitors to Large Cities*. London and New York: Mansell.

Peixoto, Paulo (1997), "L'économie symbolique du patrimoine: le cas d'Évora", *Oficina do CES*, 100.

Porto 2001 (2001), *Pontes de partida: traços de expressão artística das escolas do Porto*. Porto: Afrontamento.

Ribeiro, Maria Teresa de Melo (1998), *Lisboa 94 no mapa das "Capitais Europeias da Cultura": eventos culturais e desenvolvimento local*. Lisboa: Universidade de Lisboa (diss. mestrado).

Richards, Greg (2000), "The European Cultural Capital Event: Strategic Weapon in the Cultural Arms Race?", *International Journal of Cultural Policy*, 6 (2), 159-181.

Roche, Maurice (2000), *Mega-events and Modernity. Olympics and Expos in the Growth of Global Culture*. London and New York: Routledge.

Roseta, Inês (1998), *Cultural Policy and Hallmark Events as Tools for Urban Regeneration: the Case of Lisbon European City of Culture 1994*. London: London School of Economics and Political Science (MA diss.).

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), *10 anos de mecenato cultural em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (2002), *Públicos do Porto 2001*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos; Costa, António Firmino da (coord.) (1999), *Impactos culturais da Expo'98*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Sjøholt, Pewter (1999), "Culture as a Strategic Development Device: The Role of 'European Cities of Culture', With Particular Reference to Bergen", *European Urban and Regional Studies*, 6 (4), 339-347.

Zukin, Sharon (1996), *The Cultures of Cities*. Cambridge, Mass.: Blackwell.